

TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de limpeza urbana e destino final de resíduos no Município de Camaragibe/PE.

DEZEMBRO / 2023

1. Objeto da contratação:

Contratação de serviços técnicos-especializados destinados à prestação dos serviços de limpeza urbana e destino final de resíduos sólidos.

2. Objetivo:

O presente Termo de Referência tem o objetivo de apresentar as diretrizes, especificações técnicas e condições para contratação de empresa especializada na área de engenharia para a execução dos serviços de limpeza urbana e destino final de resíduos sólidos, através da prestação de serviço contínuo:

Consiste na execução de serviços que englobam gestão e gerenciamento dos serviços de coleta, varrição de vias e serviços congêneres, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos, inclusive estabelecendo requisitos, condições e diretrizes técnicas e administrativas para Contratação de Empresa Especializada na área de engenharia para execução dos serviços, permitindo especificações e dimensionamentos dos recursos necessários para a execução dos serviços de limpeza urbana do Município de Camaragibe/PE.

3. Justificativa:

Foram quase 30 (trinta) anos de uma história que deveria ter sido encerrada em 2014, marcada por agressões ao meio ambiente e descumprimento das Leis. Com o fim do despejo irregular, de 183 (cento e oitenta e três) toneladas de resíduos domiciliares, volumosos e de poda produzidos pelo Município diariamente passaram a ser destinadas a uma Central de Tratamento de Resíduos (CTR). O lixão Céu Azul recebia todos os resíduos sólidos produzidos pelo Município de Camaragibe/PE desde 1991. No ano de 2000, o lixão chegou a ser transformado em aterro controlado, que era um espaço intermediário entre um lixão e um aterro sanitário, sem a presença de catadores. No ano seguinte, o local voltou a ser considerado um lixão, contando com a retomada dos catadores. Por causa do funcionamento irregular, o Município de Camaragibe/PE chegou a acumular diversas multas ambientais, expedidas pela Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH). Em 2019 o município montou um plano de trabalho para realizar o fechamento do lixão. Este planejamento na época possuía, naquele momento, 04 (quatro) etapas. A primeira fase do plano de era a contratação da Central de Tratamento de Resíduos, processo que foi efetivado através de um processo licitatório. No segundo momento, o Município precisou desenvolver a dinâmica para levar o lixo até o local, já que a Central de Tratamento fica a mais de 50 quilômetros de distância. O método mais adequado e escolhido

tecnicamente foi o transbordo, onde os próprios caminhões que coletam os resíduos descarregam seus resíduos em um veículo maior, que tem capacidade para 50 a 65 m³ por viagem, e estes levam o lixo até a Central de Tratamento. A terceira etapa foi fundamental, que foi gerar meios de sustentabilidades aos catadores. Na época foi realizado o cadastro deles para definir perfil, com isso alguns foram inscritos no EJA, outros precisaram emitir documentos como Carteira de Identidade e CPF. Dezesete empregos direto foram disponibilizados para os catadores, além de ter sido montada uma estrutura para a Associação dos Catadores. O fechamento do lixão pela atual gestão do poder executivo, em função do que ele trazia de pontos negativos para as questões sociais, jurídicas e de atendimento às leis e normas e principalmente para o meio ambiente foi uma das tomadas de decisões mais importantes.

O Município de Camaragibe/PE, busca através deste processo de contratação o adequado gerenciamento dos serviços de limpeza urbana, lançando uma licitação que compreende as atividades referentes à tomada de decisões estratégicas quanto aos aspectos da prestação dos serviços, fiscalização, e do controle dos serviços públicos de manejo integrado dos resíduos sólidos nas suas diferentes etapas: segregação, acondicionamento, coleta, transporte, armazenamento, transferência, triagem, tratamento, reciclagem, comercialização, e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, visando a preservação da saúde pública e a qualidade do meio ambiente.

O Projeto Básico parte integrante deste processo tem por objetivo a implementação de um modelo tecnológico fundamentado em estudos e de dados técnicos operacionais colhidos em levantamento de campo e estudos georreferenciado, pela empresa **NRJ AMBIENTAL LTDA**, contratada por intermédio do Processo Licitatório nº. 58/2022, na modalidade Tomada de Preços nº. 05/2022, cujo objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CONSULTIVA PARA A ELABORAÇÃO DE ESTUDO TECNICO PRELIMINAR, PROJETO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS/LIMPEZA URBANA, PROJETO BÁSICO, ORÇAMENTO E ASSESSORIA TÉCNICA PARA A LICITAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS PARA O MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE/PE.**

Esse Projeto Básico (parte integrante), contratado junto à empresa mencionado no parágrafo anterior, descreve os serviços que serão contratados voltados ao gerenciamento da limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos no Município de Camaragibe/PE e principalmente a sua distribuição dentro da classificação de execução: coleta e destinação dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais com rastreamento por GPS; Coleta Transporte e Tratamento de Resíduos; Coleta Manual de Resíduos de Podas, os serviços de limpeza, que consideramos basicamente como serviços complementares do gerenciamento. Nesse segmento estão descritos os serviços de Varrição manual de vias e logradouros públicos; capina e raspagem manual e pintura de meio fio.

O serviço sistemático de limpeza urbana hoje é regido pela a LEI Nº12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

Esta lei define resíduo sólido como qualquer material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólidos ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

A relevância dos serviços de coleta e limpeza pública, responsáveis pela remoção desses resíduos, vai muito além do simples embelezamento da paisagem urbana. O recolhimento periódico do lixo e a sua destinação final adequada são essenciais ao combate da proliferação de doenças e à preservação do meio ambiente.

A contratação dos serviços de limpeza urbana do Município do Camaragibe/PE é importante para a população, devido aos efeitos maléficos que o lixo pode provocar, tais como:

- Seu acúmulo nas margens de cursos d'água ou de canais de drenagens e encostas, provocando assoreamento que geram enchentes e deslizamento de taludes;
- Poluição causada pela queima de lixo à céu aberto e contaminação de lençóis freáticos por infiltração de chorume, contaminando o solo e impedindo o crescimento das plantas ou fazendo com que estas substâncias se acumulem na cadeia alimentar, com ação forte sobre a saúde das pessoas e o meio ambiente;
- Se o lixo não for devidamente acondicionado vira foco de proliferação de vetores transmissores (ratos, baratas, moscas, etc.) de doenças como febre tifoide, cólera, diversas diarreias, disenteria, etc;
- Além dos aspectos sanitários, os serviços são importantes também pelos aspectos estéticos e de bem-estar da cidade, devido à poluição visual, consequente degradação do espaço urbano em que for indevidamente jogado e o mau odor que causa;
- O presente objeto teve o seu item mais significativo, qual seja, coleta domiciliar, dimensionada a partir da média histórica dos últimos 12 (doze) meses, conforme memória detalhada constante nos anexos;

O respectivo projeto básico redimensionou os equipamentos de coleta, considerando o crescimento populacional significativo, em áreas da zona urbana, verificados através do acréscimo de logradouros e de extensões de logradouros existentes, e ainda, outros existentes não previstos no contrato anterior.

Ademais, outra característica bastante significativa para o objeto em questão está relacionada à extensão da malha viária, utilizada para o dimensionamento dos itens “Varrição” e “Capinação” para os quais foi realizado levantamento técnico cadastral das vias visando a atualização dos respectivos dados, em razão de novas ruas que foram pavimentadas nos últimos anos, conforme Mapas constantes nos autos e planilhas correspondentes.

4. Características do Processo Licitatório:

- **TIPO.:** Menor Preço;

- **JULGAMENTO.:** Por menor Preço Global;
- **REGIME DE EXECUÇÃO.:** Empreitada por preço unitário;
- **PREÇO GLOBAL MÁXIMO.:** R\$ 37.991.763,96 (trinta e sete milhões, novecentos e noventa e um mil, setecentos e sessenta e três reais e noventa e seis centavos);
- **PRAZO DE VIGÊNCIA.:** 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser renovável por iguais e sucessivos períodos, nos termos do artigo 57, inciso II da Lei Federal de Licitações e Contratos.

4.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze), contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60(sessenta) meses, nos termos do inciso II, do Art. 57 da Lei nº 8.666/93, desde que os serviços estejam sendo prestados dentro dos padrões de qualidade exigidos, e os preços e as condições sejam vantajosos para a **Contratante**.

4.2. O orçamento base foi elaborado conforme composições apresentadas nos anexos, seguindo para a mão de obra a Convenção Coletiva de 2023, sem desoneração, bem como preços resultantes de cotação de mercado para subsidiar as composições elaboradas.

4.3. A composição do BDI das empresas participantes da licitação deverá ser anexa da proposta de preços, não podendo incluir no BDI impostos como o CSLL e IRPJ, pois são impostos de natureza direta e personalíssima, não devendo ser repassada à contratante.

4.4. Nos preços unitários já estão inclusos:

- Todos os encargos sociais e fiscais envolvidos na execução da obra, apresentados pela Contratada para prestação dos serviços especificados neste Projeto Básico;
- Custos com todo pessoal técnico e administrativo e Encargos Financeiros;
- Custo da mobilização e desmobilização da obra;
- Custos com transporte, fardamentos, EPI's e alimentação para equipe técnica, trabalhadores da obra;
- Custos de todas as despesas necessárias a aquisição, manutenção, seguros e etc. dos veículos e equipamentos necessários a execução da obra;
- Taxa de BDI (Bonificação e Despesas Indiretas);
- Taxa de Licenciamento nos órgãos competentes, quando for o caso;
- Os valores referentes ao pagamento de ART's.

5. Dos Recursos Orçamentários:

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento geral do Município de Camaragibe/PE deste exercício na dotação abaixo discriminada:

- Gestão/Unidade: 1 – Prefeitura Municipal de Camaragibe;
- Órgão Orçamentário: 2000 – Poder Executivo;
- Unidade Orçamentária: Secretaria de Serviços Públicos;
- Função: 15 – Urbanismo;
- Subfunção: 122 – Administração Geral;
- Programa de Trabalho: 1052 – Gestão de Resíduos Sólidos;
- Ação: 2.209 – Realizar a manutenção da limpeza pública municipal;
- Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Realizar a manutenção da limpeza pública municipal.

6. Critério de Julgamento das Propostas de Preços.:

6.1. Será considerada vencedora desta licitação a empresa que ofertar o menor preço global, desde que, atenda todas as especificações definidas no edital e seus anexos.

6.2. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços unitários e globais superiores aos estimados na planilha orçamentária e no item 04 deste instrumento.

6.3. Todas as licitantes deverão apresentar as propostas de preço em arquivo digital (meio magnético), além do documento escrito e assinado, nos moldes descritos no Edital da Licitação.

6.4. Todas as licitantes deverão apresentar as composições de preços unitários para todos os serviços discriminados na planilha orçamentária, contendo os insumos básicos, mão de obra, materiais, equipamentos, taxas e encargos de qualquer natureza, fazendo parte da proposta de preços.

6.5. A planilha de preços deverá estar formatada para arredondamento com 02 (duas) casas decimais, função ARRED.

7. Da aceitabilidade e classificação da proposta.:

7.1. Serão desclassificadas as propostas:

7.1.1. Que não atendam às exigências deste projeto básico;

7.1.2. Com preços unitários e globais superiores ao do orçamento básico;

7.1.3. Não se admitirá propostas que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que neste Projeto não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração. Também não será admitido que o lucro bruto previsto no BDI, seja inferior aos encargos dos impostos personalísticos (IRPJ e CSLL), para o regime de lucro presumido.

7.2. Caso seja apresentada proposta que não esteja em conformidade com Item 6 do **CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA** deste Termo de Referência, o Licitante será notificado pela **Secretaria de Serviços Públicos** para ajustá-la ao estabelecido. O não atendimento da diligência no prazo fixado ou recusa em fazê-lo caracteriza desclassificação da proposta.

8. Dos Serviços a serem executados.:

8.1. Os serviços a serem executados pela licitante vencedora da licitação e **contratada** será feita sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preços unitários dos serviços discriminados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:
1	Varrição de vias urbanas pavimentadas
2	Coleta de resíduos sólidos domiciliares e comerciais
3	Coleta manual de resíduos volumosos

4	Coleta mecanizada de resíduos volumosos
5	Coleta de resíduos de poda
6	Coleta manual ensacada
7	Coleta Seletiva
8	Capinação e raspagem de vias pavimentadas
9	Pintura de meio-fio
10	Equipe de serviços diversos
11	Transporte de resíduos coletados até o destino final
12	Serviços de remediação do aterro
13	Administração local

8.2. A execução dos serviços deverá obedecer às condições estabelecidas no Projeto Básico parte integrante a este Termo de Referência.

8.3. A **Contratada** só poderá subcontratar até 30% (trinta por cento) do objeto dessa licitação. Neste caso, as obrigações assumidas pela **contratada** principal não exime de seus deveres em detrimento da subcontratação perante o Órgão Licitante (**Contratante**).

8.4. Para que haja subcontratação deve haver anuência prévia da **contratante**, verificando se a (s) empresa (s) que vai realizar os trabalhos tem capacidade técnica e infraestrutura compatível com o objeto licitado, para que a qualidade e a pontualidade sejam equivalentes a **contratada** principal.

8.5. A (s) empresa (s) **subcontratada** deverá observar as obrigações da **contratada** principal e cumprir com todas as exigências de igual forma.

8.6. Não poderão ser subcontratados os serviços que serviram para a comprovação de capacidade técnica da (s) licitante (s) no processo licitatório.

9. Dos critérios de aferição e medição para faturamento.:

9.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o instrumento Boletim de Medição para aferição da qualidade e quantidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a **contratada** :

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigidas para as atividades **contratada** s; ou
- b) Deixar de utilizar materiais e/ou recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.2. Nos termos do Item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº. 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a **contratada** :

9.2.1. não produziu os resultados acordados;

9.2.2. deixou de executar as atividades **contratada** s, ou não executou com a qualidade mínima exigida;

9.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior a à demandada.

10. Do recebimento e aceitação dos serviços executados.:

10.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

10.2. No prazo de até **5 dias corridos** do adimplemento da parcela, a **CONTRATADA** deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

10.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

10.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

10.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à **contratada**, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

10.6. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

10.7. A **Contratada** fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

10.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

10.9. No prazo de até **10 dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da **CONTRATADA**, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

10.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

10.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

10.12. No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

10.12.1. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à **CONTRATADA**, por escrito, as respectivas correções;

10.12.2. emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

10.12.3. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, *com base no Instrumento do Boletim de Medição (BM), ou instrumento substituto.*

10.13. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da **Contratada** pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

10.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da **Contratada**, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

11. DO PAGAMENTO.:

11.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

11.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a **contratante** deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

11.3. O pagamento será efetuado pela **Contratante** no prazo de **30 (trinta)** dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

11.4. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

11.5.1. o prazo de validade;

11.5.2. a data da emissão;

11.5.3. os dados do contrato e do órgão **contratante**;

11.5.4. o período de prestação dos serviços;

11.5.5. o valor a pagar; e

11.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a **Contratada** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **Contratante**.

11.7. Antes de cada pagamento à **contratada**, será realizada consulta aos SÍTIOS ELETRÔNICOS para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.8. Constatando-se, junto aos SÍTIOS ELETRÔNICOS, a situação de irregularidade da **contratada**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da **Contratante**.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a **contratante** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **contratada**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a **contratante** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à **contratada** a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a **contratada** não regularize sua situação junto ao Órgão Tributário.

11.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta aos SÍTIOS ELETRÔNICOS para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.13. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão **contratante**, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

11.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

11.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **Contratada** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = XX\%$$

12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.:

12.1. DA QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL DA LICITANTE.:

a) Certidão atualizada de registro da Empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;

b) **Capacidade Técnico-Operacional, apresentação dos seguintes documentos:** Comprovação de que a empresa licitante desempenhou atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, através da apresentação de atestados de capacidade técnico-operacional fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados no CREA/CAU e acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico, que comprovem ter a mesma executado satisfatoriamente, obras e serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica e

operacional, compatíveis com o objeto desta licitação, limitadas a execução das seguintes parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, discriminadas no item abaixo:

ITEM	QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL.:	QUANTIDADE
1	<u>VARRIÇÃO MANUAL DE VIAS PAVIMENTADAS.:</u>	<u>17.077,47 Km/ano</u>
2	<u>COLETA DOMICILIAR.:</u>	<u>20.978,78 t/ano</u>
3	<u>COLETA MANUAL DE RESÍDUOS VOLUMOSOS.:</u>	<u>2.959,98 t/ano</u>
4	<u>COLETA MECANIZADA DE RESÍDUOS VOLUMOSOS.:</u>	<u>11.839,91 t/ano</u>
5	<u>TRANSPORTE DE RESÍDUOS ATÉ O DESTINO FINAL (DISTÂNCIA MÍNIMA DE 47,10 KM E QUANTIDADE;</u>	<u>20.978,78 t/ano</u>
6	<u>SERVIÇOS DE REMEDIAÇÃO DE ATERRO.</u>	
6.1	<u>EXECUÇÃO DE DRENO DE CHORUME – TIPO I</u>	<u>75 m/ano</u>
6.2	<u>EXECUÇÃO DE DRENO DE CHORUME – TIPO II</u>	<u>100 m/ano</u>
6.3	<u>EXECUÇÃO DE DRENO DE GÁS.</u>	<u>50 m/ano</u>

Observação 01: Para o item.: 6 (subitens.: 6.1 e 6.2), em no máximo dois contratos e quantidade de execução dos serviços no mesmo período.

12.1.1. As Certidões de Acervo Técnico – CAT com respectivos atestados deverão constar, explicitamente, todos os dados necessários a comprovação das características dos serviços executados, além das datas de início e término dos serviços. Será permitido o somatório de atestados para comprovar o quantitativo mínimo exigido para a habilitação técnico-operacional.

I – A(s) certidão (ões) e/ou atestado (s) apresentado (s) deverá conter as seguintes informações:

- ✓ Nome do contratado e do contratante;
- ✓ Identificação do objeto do contrato (tipo natureza do serviço);
- ✓ Localização do serviço (município, comunidade, gleba);
- ✓ Serviços executados (discriminação/quantitativo);
- ✓ Período de execução com data de início e final do serviço.

12.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL.:

12.2.1. Comprovação de a Licitante possuir em seu quadro permanente, na data da licitação e constante da Certidão de Registro junto ao conselho Engenharia e Agronomia (CREA), engenheiro (s) detentor (es)

Certidões de Acervo Técnico – CAT emitidas pelo CREA/CAU acompanhado dos respectivos atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público e privado pro execução de serviços compatíveis com o objeto licitado.

ITEM	QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL.:
1	<u>VARRIÇÃO MANUAL DE VIAS PAVIMENTADAS.:</u>
2	<u>COLETA DOMICILIAR.:</u>
3	<u>COLETA MANUAL DE RESÍDUOS VOLUMOSOS.:</u>
4	<u>COLETA MECANIZADA DE RESÍDUOS VOLUMOSOS.:</u>
5	<u>TRANSPORTE DE RESÍDUOS ATÉ O DESTINO FINAL (DISTÂNCIA MÍNIMA DE 22,63KM E QUANTIDADE.:</u>
6	<u>SERVIÇOS DE REMEDIAÇÃO DE ATERRO.</u>
6.1	<u>EXECUÇÃO DE DRENO DE CHORUME – TIPO I</u>
6.2	<u>EXECUÇÃO DE DRENO DE CHORUME – TIPO II</u>
6.3	<u>EXECUÇÃO DE DRENO DE GÁS.</u>

12.2.2. A comprovação do vínculo empregatício do responsável técnico com a empresa, nos termos do artigo 30, §1º, inciso I da Lei federal nº 8.666/93 e suas alterações, deverão ser feitas da seguinte forma:

I- No caso de empregado da licitante: mediante apresentação de cópias autenticadas do Contrato de trabalho, das anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, nos termos da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho e do Decreto nº 61.799/67, ou da Ficha de Registro do Empregado;

II- No caso de proprietário, sócio ou dirigente: mediante apresentação de cópia do Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado no órgão competente;

III- No caso de profissional (is) autônomo(s): mediante apresentação de cópia do(s) contrato(s) de prestação de serviços OU declaração de compromisso, firmado(s) anteriormente à sessão de abertura de propostas entre a licitante e o(s) profissional (is) em questão;

IV- A **contratada** deverá apresentar declaração de que o engenheiro preposto ou responsável técnico indicado irá compor o quadro técnico durante a execução do objeto. Esta declaração deverá estar contida na habilitação;

Observação: É vedada a indicação de um mesmo profissional como responsável técnico por mais de uma empresa licitante, fato este que desqualificará todas as proponentes envolvidas.

A. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração;

B. Declaração, emitida pelo servidor de que o licitante, por meio de representante designado para esse fim, vistoriou os locais onde os serviços serão executados, e de que tem conhecimento de todas as informações necessárias à sua adequada execução.

b.1. A vistoria, que é facultativa, uma vez requerida, será acompanhada por servidor designado, de segunda à sexta-feira, em observância ao horário de expediente do órgão, devendo o agendamento ser efetuado previamente junto a **Secretaria Municipal de Serviços Públicos**, através do e-mail: selurb@camaragibe.pe.gov.br;

b.2. As visitas não serão realizadas em mesmo horário pelos licitantes.

b.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura dos envelopes.

b.4. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverá possuir formação na área de engenharia, devido à complexidade do objeto desta licitação, bem como estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

C. A declaração de visita, prevista no subitem “B”, pode, a critério do licitante, ser substituída por uma declaração assinada por seu representante legal, na qual atesta que tem conhecimento das condições e peculiaridades do local da obra, assumindo a responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude da não verificação das condições do local onde será executado o objeto.

D. Declaração formal de disponibilidade dos equipamentos, das máquinas e do pessoal técnico especializado, necessários à execução do objeto licitado.

E. Licença de Operação (LO), expedida pelo órgão estadual ou municipal de controle ambiental do local de origem da licitante, em cumprimento ao disposto na Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, alterada pela Lei nº 7.804 de 18 de julho de 1989.

F. Certificado de Registro expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, nos termos do Art. 17, inciso II, da Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, alterada pela Lei nº 7.804 de 18 de julho de 1989, e Instrução Normativa IBAMA nº. 97, de 05 de abril de 2006, a fim de comprovar que a licitante se encontra devidamente registrada no Cadastro Técnico Federal, na categoria Atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais (APP).

G. Relação explícita de todo pessoal técnico e dos veículos, equipamentos e ferramentas necessários à plena execução dos serviços, respeitadas as exigências previstas nas Especificações Técnicas deste edital, bem como declaração formal, sob as penas da lei, de sua disponibilidade, e declarar também

que correrão por conta da licitante todas as despesas relativas a: motoristas, operadores, combustível, manutenção em geral e outros eventuais (§ 6º do art. 30, da Lei nº. 8.666/93).

12.3. Da Qualificação Econômico-Financeira.:

12.3.1. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigente na data da apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado, conforme estabelece a Lei nº. 8.666/1993, observados os seguintes requisitos: (Redação dada pela Instrução Normativa nº. 6, de 23 de dezembro de 2013).

- I. A declaração deve ser acompanhada da Demonstração de Resultado do Exercício – DRE, relativa ao último exercício social; e (Incluído pela Instrução Normativa nº. 6, de 23 de dezembro de 2013);
- II. Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas; e (Incluído pela Instrução Normativa nº. 6, de 23 de dezembro de 2013).

12.4. Metodologia Executiva de Operação dos Serviços.:

12.4.1. A Metodologia Executiva de Operação dos Serviços, consubstanciada em Planos Executivos para execução dos serviços objeto desta licitação, deverá ser apresentada 01 (uma) via impressa e 01 (uma) via em meio digital, conforme previsto no Projeto Básico – Anexo 10 deste edital.

12.4.2. Por se tratar de um serviço de engenharia com características dinâmicas, com forte influência de fatores ambientais e de produtividade de equipe, a Contratante vem solicitar que as licitantes apresentem um Plano de Serviços, cujo conteúdo deve:

a) Detalhar a natureza de cada serviço que será desenvolvido, seja reproduzindo e validando o que foi apresentado no Projeto Básico, seja propondo otimizações e melhorias que permitam otimizar as equipes e equipamentos, mantendo as produtividades mensais estimadas, gerando, assim, maior economicidade e menor preço ofertado à Contratante, uma vez que podem ser apresentados quantitativos menores de mão de obra e equipamentos de trabalho utilizados;

- b) Detalhamento de modelos de equipamentos que serão utilizados para a realização de todos os serviços, indicando sua propriedade e, em caso de subcontratação, respeitando o limite estabelecido no item - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DO OBJETO, e respeitando sempre o ano mínimo de fabricação indicados (seja para equipamentos e veículos próprios, seja para os subcontratados);
- c) Detalhar, em caso de melhoria da produtividade e por conseguinte redução de equipes e respectivos equipamentos, quadro comparativo com as produtividades evidenciadas no projeto básico versus aquelas propostas, equipe reduzida, equipamentos reduzidos;
- d) Relacionar item a item em que for otimizada a produtividade, a fonte dos índices adotados e, caso não seja possível a consulta em endereço da web, respectivo anexo com a literatura que embasa a produtividade apresentada;
- e) A exigência de apresentação do Plano de Serviços pela licitante permite que a Contratante venha buscar diferentes metodologias de trabalho, as quais melhorem a prestação dos seus serviços, adequando a estrutura indicada no seu Projeto Básico e anexos de forma a atender o município e, assim, minimizar custos e maximizar os resultados obtidos.

13. Do Reajuste de Preços em Sentido Amplo (Repactuação).:

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação da **Contratada**, os preços iniciais poderão ser repactuados.

13.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

13.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

13.5. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

13.5.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

13.5.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta;

13.5.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital;

13.6. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

13.7. As repactuações a que a **Contratada** fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato;

13.8. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

13.8.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

13.8.2. da data do último reajuste do preço público vigente, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

13.8.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

13.9. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à **Contratante** ou à **Contratada** proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão;

13.10. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação;

13.11. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho:

13.12. A **CONTRATANTE** não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa **contratada**, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

13.13. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a **CONTRATADA** efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

13.14. Quando a repactuação solicitada pela **CONTRATADA** se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.14.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a **Contratante** pagará à **Contratada** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a **Contratada** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.14.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.14.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.14.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

13.14.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a **Contratante** verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

13.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

13.15.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

13.15.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

13.15.4. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

13.16. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

13.17. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

13.18. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a **Contratada** não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela **Contratante** para a comprovação da variação dos custos.

13.19. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

13.20. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

14. Da Garantia de Execução.:

14.1. A **Contratada** apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

14.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

14.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

14.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

14.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

14.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **contratada** ; e

14.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela **contratada** , quando couber.

14.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

14.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

14.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

14.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

14.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

14.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a **Contratada** obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

14.9. A **Contratante** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

14.10. Será considerada extinta a garantia:

14.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a **Contratada** cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

14.10.3. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela **contratante** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à **contratada**.

14.10.4. A **contratada** autoriza a **contratante** a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

14.10.5. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

14.10.4. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do trabalho.

14.10.5. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração **Contratante** poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

15. Do Controle e Fiscalização da Execução.:

15.1. A **Contratada** designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

15.2. A **Contratante** poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a **Contratada** designará outro para o exercício da atividade.

15.3. As comunicações entre a **Contratante** e a **Contratada** serão realizadas por escrito, através de ofícios e/ou e-mail.

15.4. A **Contratante** poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.5. A **Contratada** não está obrigada a manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

15.6. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

15.7. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

15.7.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a **CONTRATADA** deverá apresentar a seguinte documentação:

15.7.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

15.7.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela **CONTRATADA** ;

15.7.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da **CONTRATADA** que prestarão os serviços; e

15.7.1.4. declaração de responsabilidade exclusiva da **contratada** sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

15.7.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes nos Sítios Eletrônicos:

15.7.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

15.7.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

15.7.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

15.7.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

15.7.3. entrega, quando solicitado pela **CONTRATANTE**, de quaisquer dos seguintes documentos:

- 15.7.3.1.** extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da **CONTRATANTE**;
- 15.7.3.2.** cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador **CONTRATANTE**;
- 15.7.3.3.** cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- 15.7.3.4.** comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
- 15.7.3.5.** comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- 15.7.4.** Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato.
- 15.7.4.1.** termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- 15.7.4.2.** guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- 15.7.4.3.** extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- 15.7.4.4.** exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

15.8. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a **contratada** deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

15.8.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

15.8.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

15.8.3. Não haverá pagamento adicional pela **Contratante à Contratada** em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

15.9. A **Contratante** deverá analisar a documentação solicitada nos subitens acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

15.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

15.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Superintendência Regional do Trabalho.

15.12. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA**, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.13. A **Contratante** poderá conceder prazo para que a **Contratada** regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

15.14. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a **CONTRATANTE** comunicará o fato à **CONTRATADA** e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

15.15.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da **Contratada** no prazo de quinze dias, a **Contratante** poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da **contratada** que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

15.15.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela **Contratante** para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

15.15.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a **contratante** e os empregados da **Contratada**.

15.15.4. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela **Contratada**, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

15.16. A **Contratada** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

15.17. A inadimplência da **Contratada**, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.18. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

15.19. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da **Contratada** a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.20. Em hipótese alguma, será admitido que a própria **Contratada** materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.21. A **Contratada** poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.22. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à **CONTRATADA** de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.23. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.24. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.25. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da **Contratada** que contenha a relação detalhada

destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.26. O representante da **Contratante** deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.27. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **Contratada**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da **Contratante** ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.28. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.29. A fiscalização será feita pelos servidores: Sr. **RODRIGO XAVIER FERRAZ**, mat. 4.0103252.4 e pelo Sr. **PAULO FRANCISCO DO REGO FILHO**, mat. 4.0006377-6, designados pela **Secretaria Municipal de Serviços Públicos**, quanto à regularidade e assiduidade dos serviços executados. Enquanto a gestão, acompanhamento controle do contrato será de responsabilidade do **MOISÉS FELIPE DE SOUZA CARVALHO**, matrícula nº. 4.105693.1, o qual também será responsável pela emissão da Ordem de Serviços, devendo ser observado o disposto no art. 67 da Lei 8.666/93.

16. Das Alterações do Contrato.:

16.1. Nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº. 8.666, de 1993, a **CONTRATADA** ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do **CONTRATO**.

16.1.1. As supressões resultantes de acordo entre as partes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

16.1.2. O conjunto de acréscimos e de supressões será calculado sobre o valor inicial atualizado do CONTRATO, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração acima estabelecidos.

16.2. A diferença percentual entre o valor global do **CONTRATO** e o obtido a partir dos custos unitários do sistema de referência utilizado na elaboração do orçamento-base da licitação não poderá ser reduzida, em favor da **CONTRATADA**, em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária, exceto em casos excepcionais e devidamente justificados, para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, devendo ser assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora diante da proposta da segunda colocada na licitação e observados, nos custos unitários dos aditivos contratuais, os limites estabelecidos para os custos unitários de referência.

16.3. Uma vez autorizado o pagamento de serviços extras, entendidos como aqueles serviços não constantes na planilha orçamentária, o(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s) deverá(ão) ser correspondente(s) ao(s) previsto(s) nas tabelas de referência abaixo especificadas referentes à data do orçamento da licitação, na seguinte sequência:

16.3.1. Relação de Tabelas de Referência: a) Tabela 1; b) Tabela 2; c) Tabela 3 (...)

16.4. Em relação aos serviços extras não tabelados, será realizada a composição dos preços unitários, pela **CONTRATANTE** ou pela **CONTRATADA**, neste último caso com a aprovação da primeira, considerando preferencialmente os insumos das tabelas de referência oficiais com a mesma data base das tabelas referenciadas que foram utilizadas na elaboração do orçamento, utilizando-se, na ausência de tabelas referenciais, preços obtidos no mercado, através de cotações.

16.5. Nas composições de preços unitários de insumos provenientes de cotações, aplica-se sobre o preço cotado o deflator, com base na variação dos índices de reajustes contratual ocorrida entre a data da cotação e a data base do orçamento estimativo.

16.6. Quando da fixação dos preços dos serviços extras, tabelados ou não tabelados, na forma dos itens 16.3, 16.4 e 16.5, os preços assim obtidos serão corrigidos monetariamente pelo índice de reajuste contratual verificado entre a data do orçamento e o último reajuste contratual, se houver.

16.7. Sobre o valor total desses serviços incluir-se-á a taxa de BDI considerado no orçamento referencial elaborado pela **CONTRATANTE**, aplicando-se na sequência o fator K de deságio.

$K = \frac{\text{Valor global da proposta vencedora}}{\text{Valor global do orçamento estimado}}$

Valor global do orçamento estimado

16.8. Eventuais serviços excedentes deverão ser pagos de acordo com os preços unitários válidos no momento da medição.

16.9. Qualquer alteração contratual deverá ser precedida de específica autorização do **CONTRATANTE**, devendo-se aferir se os acréscimos solicitados pela **CONTRATADA** redundaram, ou não, de eventual erro de projeto, de modo a se observarem as regras protetivas ao erário.

17. Das Sanções Administrativas.:

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº. 8.666/1993, de 2002, a **CONTRATADA** que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii) Multa de:
1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
 5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração **CONTRATANTE** a promover a rescisão do contrato;
 6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- ii. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iii. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- iv. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será

concedida sempre que a **Contratada** ressarcir a **Contratante** pelos prejuízos causados;

17.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

17.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou	05

	conseqüências letais, por ocorrência;	
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03

10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

17.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que;

17.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

17.6.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

17.6.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à **Contratante** serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.6.6. Caso a **Contratante** determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.6.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.6.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.6.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

17.6.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.7.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18. Das Penalidades.:

18.1. De conformidade com o art. 86, Lei 8666/93 e alterações, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas com a Prefeitura de Camaragibe/PE caracteriza a inadimplência da **CONTRATADA** do compromisso assumido, ficando a adjudicatária sujeita às aplicações das penalidades previstas pelos artigos 86-88 da Lei nº 8.666/93 além do encaminhamento ao Ministério Público para aplicação de sanções criminais previstos nos artigos 89 a 99 da referida Lei, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e

ainda garantida prévia e ampla defesa, às seguintes sanções, cumulativamente ou não, na seguinte ordem cronológica:

- 18.1.1.** Advertência por escrito;
- 18.1.2.** Multa, conforme previsto neste termo de referência;
- 18.1.3.** Impedimento de contratar com a Prefeitura de Camaragibe/PE e suspensão temporária do direito de participar de licitações pelo período de até 2 (dois) anos;
- 18.1.4.** Declaração de inidoneidade para contratar com a administração pública;
- 18.1.5.** Rescisão contratual com multa de até 2,00% (dois por cento) do valor global do contrato conforme artigo 78 da lei 8.666.
- 18.1.6.** Aplicação de multa administrativa: As multas ao qual o item 1.2 se refere serão aplicadas da seguinte forma:

18.2. Multa diária no valor equivalente a 0,05% (cinco centésimos) do valor global do serviço no CONTRATO, por cada serviço que apresentar atraso na sua implementação;

18.3. Multa diária no valor equivalente a 05 (cinco) toneladas de coleta de resíduos sólidos regulares por veículo e/ou equipamentos e/ou uniforme que não estiver em conformidade com as exigências especificadas, inclusive quantidades mínimas estabelecidas, para cada serviço, no Projeto Básico, até a correção do problema;

18.4. Multa diária no valor equivalente a 2 (duas) toneladas de coleta de resíduos sólidos regulares por equipamento mobilizado a menos, em relação à quantidade solicitada no Projeto Básico, para a execução de cada um dos serviços contratados, até a correção do problema;

18.5. Multa diária no valor equivalente a 05 (cinco) toneladas de coleta de resíduos sólidos regulares por atraso no cumprimento de notificação emitida pela Prefeitura para substituição, em 48 (quarenta e oito) horas, de empregado afastado por conduta inadequada, conforme descrito neste termo, até a correção do problema;

18.6. Multa diária no valor equivalente a 2 (duas) toneladas de coleta de resíduos sólidos regulares por hora de atraso e por setor, em relação ao início ou término de qualquer um dos serviços contratados quando este atraso exceder o período de uma hora, até a correção do problema;

18.7. Multa diária no valor equivalente a 02 (duas) toneladas de coleta de resíduos sólidos regulares por quilometro de via em que, estando previsto no plano executivo a coleta, não houver recolhimento dos resíduos regulares;

18.8. Multa, por infração cometida, no valor equivalente a 05 (cinco) toneladas de coleta de resíduos sólidos regulares, para cada uma das seguintes infrações:

18.9. Transporte dos resíduos ao destino final sem os devidos cuidados de proteção;

18.10. Uso de veículos sem as devidas identificações;

18.11. Uso de veículos com falta de ferramentas especificadas no projeto básico e composição de preço para cada serviço contratado;

18.12. Despejo de detritos nas vias públicas, galerias, canaletas, canais, rios ou em qualquer outro local não autorizado;

18.13. Inutilização de vasilhames das unidades geradoras quando devidamente comprovado;

18.14. Solicitação de propinas por parte de empregados da **Contratada** ao usuário do serviço, ou por uso de bebidas alcoólicas em serviço, por parte dos empregados da **Contratada** ;

18.15. Transitar com veículos coletores fora dos seus respectivos roteiros com coletores sendo transportados nos estribos dos equipamentos;

18.16. Não fornecimento de água potável para consumo dos funcionários nos seus locais de operação;

18.17. Multa diária no valor equivalente a 05 (cinco) toneladas de coleta de resíduos sólidos regulares por cada alteração nos Planos Definidos sem prévia autorização da Prefeitura, até a correção do problema;

18.18. Multa diária no valor equivalente a 10 (dez) toneladas de coleta de resíduos sólidos regulares por via ou por locais ou por unidade geradora, estando previsto no plano executivo a coleta, quando não houver recolhimento dos resíduos regulares.

18.19. Multa diária no valor equivalente a 20 (vinte) toneladas de coleta de resíduos sólidos regulares por dificultar ou impedir o livre acesso da equipe de fiscalização da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS** a todas as dependências da **CONTRATADA** para verificação e exame das instalações, anotações, relatórios dos veículos, registros fotográficos, vídeos, equipamentos, pessoal ou de material e/ou por não fornecer, num prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quando programado ou solicitado, todos os dados e elementos referentes aos serviços, até à correção do problema;

18.20. Multa diária no valor equivalente a 05 (cinco) toneladas de coleta de resíduos sólidos regulares, por infração relava à identificação de resíduos sólidos espalhados nos passeios públicos e margens da via logo após a execução dos serviços de coleta, até à correção do problema;

18.21. Multa no valor equivalente a 05 (cinco) toneladas de resíduos sólidos regulares, por qualquer orientação que vá de encontro às normas do projeto básico e planos de trabalhos executivos estabelecidos, como: dia, horário, turno, acondicionamento, local de disposição de resíduos sólidos, junto ao munícipe;

19.29. Multa no valor equivalente a 50 (cinquenta) toneladas de coleta de resíduos sólidos regulares (além do cancelamento do tíquete de pesagem), pelo recolhimento doloso de resíduos não previstos no contrato e/ou por tentativa de fraude de pesagem ou por tentativa de descarga em local não autorizado;

18.30. Multa no valor equivalente a 05 (cinco) km de varrição manual de vias pavimentadas e logradouros por deslocar as equipes de varrição de seus setores de trabalho sem a devida autorização da **Contratada** ;

18.31. Multa no valor equivalente a 10 (dez) toneladas de coleta de resíduos sólidos regulares quando do não atendimento ou atraso no fornecimento da relação, solicitada pela **SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS**, das viaturas, com as placas e números de ordem, que iniciarão cada jornada de trabalho, de pessoal, equipamentos, bem como das respectivas atribuições operacionais, inclusive dos serviços executados aos domingos e feriados e ou quaisquer informações relativa ao contrato;

18.32. Multa no valor equivalente a 10 (dez) toneladas de resíduos sólidos regulares por cada veículo/equipamento com manutenção, higienização, equipamentos e pintura irregulares e/ou por empregado que não estiver uniformizado de acordo com o especificado, para o serviço e/ou por empregado que não esteja portando os EPI's condizentes com o especificado para o serviço e/ou por veículo da **CONTRATADA** mantido em via pública fora dos horários de serviço e sem justificativa;

18.33. Multa diária no valor equivalente a 10 (dez) toneladas de coleta de resíduos sólidos regulares por cada veículo que circular sem os equipamentos de rastreamento e comunicação em pleno funcionamento, de acordo com o especificado no Projeto Básico, até a correção do problema;

18.34. Multa no valor equivalente a 01 (um) quilômetro de capinação de via, por cada uma das seguintes infrações:

- a) atraso no início da jornada do serviço de capinação;
- b) não cumprimento ao prazo de execução do ciclo de capinação de vias conforme planos de trabalho executivos definitivos por via ou por locais;
- c) quando a **Contratada** não disponibilizar equipes devidamente compostas em conformidade com o dimensionado nos planos de trabalho executivos aprovados, além da exclusão na medição da quantidade inferior ao estabelecido;
- d) por não remoção dos resíduos gerados, no prazo máximo de 12 horas após o término da capinação;

e) pela inexecução total ou parcial do serviço de capinação por via ou por locais. Quando da não correção do serviço à extensão de via não será considerada para efeito de medição.

18.35. Multa diária no valor equivalente a 10 (dez) km de pintura de meio fio por via em que o serviço não for executado em sua totalidade e/ou em que a execução não seja considerada conforme, de acordo com o previsto no Plano Definitivo de Pintura de Meio Fio, até a correção do problema. Quando da não correção do serviço à extensão de via não será considerada para efeito de medição;

18.36. Multa diária no valor equivalente a 10 (dez) toneladas de resíduos sólidos regulares por não promover a remoção dos resíduos provenientes da coleta manual ensacada até 2 (duas) horas do término do turno da coleta domiciliar manual definido no Plano Executivo, até a correção do problema;

18.37. Multa no valor equivalente a 15 (quinze) toneladas de resíduos sólidos regulares por viagem de resíduos sólidos regulares com pesagem superior ao PBT máximo permitido, sendo considerado para efeito de pagamento o peso líquido dos resíduos limitado ao PBT máximo permitido para cada tipo veículo;

18.38. Multa diária no valor equivalente a 10 (dez) toneladas de coleta de resíduos sólidos regulares, para todos os veículos e equipamentos identificados: com falta de manutenção, higienização, limpeza e/ou por não estar em boas condições de uso e/ou por não utilização de lona de cobertura para proteção (quando exigido nas Especificações do Serviço).

18.39. As infrações serão consideradas reincidentes se, no prazo de 07 (sete) dias corridos, a contar da aplicação da última sanção administrativa, a **CONTRATADA** cometer a mesma infração, cabendo aplicação em dobro das multas correspondentes, excetuando-se as constantes do subitem 28.3.16 deste Edital que, independentemente de prazo, será considerada reincidente a partir da segunda multa, cabendo aplicação cumulativa, sendo seu valor limite correspondente a 0,1% do valor global do contrato, obedecendo a seguinte equação:

$$V = 2M.$$

Onde:

V = valor da multa cumulativa;

M = valor da última multa aplicada.

18.40. A **CONTRATADA**, após notificada da multa, terá prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação, para interpor recurso junto ao CONTRATANTE;

18.41. A supervisão do contrato junto à Prefeitura de Camaragibe/PE decidirá pelo acatamento do recurso e manutenção da multa.

18.42. Na hipótese de rescisão por qualquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações, desde que cabíveis à presente contratação, será aplicada multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo da penalidade a que alude a letra “c” do caput desta Cláusula.

18.43. Na aplicação de qualquer penalidade à **CONTRATADA**, será assegurado o direito a ampla defesa, devendo qualquer contestação sobre a aplicação de sanções ser feita por escrito.

18.44. A imposição de qualquer penalidade não exime a **contratada** do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos causados ao contratante.

19. Das responsabilidades.:

19.1. Caberá à Contratante:

19.1.1. Garantir o cumprimento de todas as cláusulas contratuais e fazer manter o bom desempenho e qualidade dos serviços contratados.

19.1.2. Fiscalizar as obras e serviços, de acordo com o cronograma físico-financeiro pré-estabelecido.

19.1.3. Fornecer todas as informações necessárias sobre o objeto do Contrato, quando solicitadas pela **Contratada**, para que não ocorram atrasos no andamento dos serviços.

19.1.4. Efetuar os pagamentos dos serviços de acordo com o cronograma previsto, conforme o convencionado neste instrumento.

19.1.5. Suspender os serviços, caso a **contratada** não esteja cumprindo fielmente com o objeto de acordo com o contratado.

19.1.6. Contatar a **Contratada** quando houver verificação de irregularidade durante e posteriormente à execução do contrato, para promover a regularização.

19.1.7. Garantir o acesso aos técnicos e funcionários da **CONTRATADA** aos locais onde se realização os serviços.

19.1.8. Solicitar a substituição de qualquer membro da Equipe de Execução.

19.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA .:

19.2.1. Constituem obrigações da **CONTRATADA** , além de outras previstas neste Projeto Básico e na legislação pertinente, as seguintes:

19.2.2. A **CONTRATADA** deverá atender todos os itens e orientações deste Termo de Referência e do Projeto Básico anexo 9 a este documento, sob pena de penalidades, quando do não cumprimento das obrigações.

19.2.3. A **CONTRATADA** deverá providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART da obra, referente as atividades técnicas objeto deste Projeto Básico, em até 15 (quinze) dias, contados da assinatura do contrato;

19.2.4. A **CONTRATADA** deverá entregar, à **CONTRATANTE**, uma via das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente quitada;

19.2.5. A **CONTRATADA** deverá entregar ao **CONTRATANTE** o Cadastro Especifico do INSS- CEI, da obra, em até 15 (quinze) dias após assinatura do contrato.

19.2.6. Fornecer todos os materiais e equipamentos necessários à prestação do serviço, proteção à saúde e segurança dos empregados.

19.2.6. Cumprir fielmente todas as condições estipuladas no contrato, de forma que os serviços estabelecidos sejam permanentemente executados e mantidos com esmero e perfeição, sob a sua inteira responsabilidade.

19.2.7. Responsabilizar-se por acidentes, indenizações a terceiros, seguros de vida, assistência médica e quaisquer outros, em decorrência da negligência, imprudência, descuido, irresponsabilidade, etc. dos empregados, na sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade por parte da Prefeitura de Camaragibe/PE.

19.2.8. Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e /ou ações judiciais e/ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, contra a parte contratante.

19.2.9. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos que por ventura sejam causados por seus empregados, a qualquer título, às instalações, patrimônio e pessoal da unidade, procedendo imediatamente o respectivo reembolso, em cada caso.

19.2.10. Limitar-se exclusivamente ao serviço constante do objeto.

19.2.11. Responsabilizar-se pela qualidade do serviço prestado, assegurando a **CONTRATANTE** o direito de fiscalizar, sustar ou recusar o serviço em desacordo com as cláusulas contratuais.

19.2.12. Declaração de que o proponente, caso declarado vencedor, irá providenciar no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a homologação, a Regularização da Licença de Operação Ambiental junto a Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano - SEMAC, conforme Lei Municipal nº 1.720 de 17 de dezembro de 2013.

19.2.13. Organizar o conjunto de equipes de campo disponibilizadas aos serviços, devidamente qualificadas, uniformizadas e com identidade visual própria, associada à identidade do Município, que será fornecida pela **Secretaria de Serviços Públicos**, quando da assinatura do contrato, de modo a evidenciar que os trabalhos objeto deste instrumento estejam sendo realizados pela **Contratada** a serviço do Município.

19.2.14. Realizar as intervenções necessárias dentro dos prazos e requisitos previstos neste instrumento e seus anexos e na Ordem de Serviço.

19.2.15. Responsabilizar-se pela logística de equipes, veículos e materiais, de modo a realizar os serviços dentro dos prazos pactuados.

19.2.16. Manter sistema de comunicação via celular entre a empresa, as viaturas da **Contratada** de apoio às equipes de trabalho e a Diretoria de Limpeza Urbana, permitindo assim maior agilidade nos atendimentos de urgência – as viaturas da **Contratada** deverão estar equipadas com dispositivos que permitam a recarga dos aparelhos celulares, de forma a impedir que os mesmos interrompam a comunicação por falta de carga nas suas baterias (as capacidades dos aparelhos deverão cobrir as áreas mais distantes do Município).

19.2.17. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação, incluindo a atualização de documentos de controle das arrecadações de tributos e contribuições federais/SRF, Dívida Ativa, FGTS, CND/INSS, e outras legalmente exigíveis junto à **Contratante**.

19.2.18. Substituir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, por solicitação do **CONTRATANTE** e em justa causa, qualquer funcionário da **CONTRATADA** a serviço do objeto da licitação, por outro com as mesmas qualificações técnicas do funcionário substituído.

19.2.19. O profissional indicado para comprovação da qualificação técnico-profissional, na fase de habilitação, deverá permanecer durante toda a execução dos serviços. Podendo ser substituído, apenas, com autorização prévia da **CONTRATANTE** desde que seja por outro com a mesma qualificação ou superior.

19.2.20. A **CONTRATADA** deverá elaborar Relatório Fotográfico, contendo amostragem dos serviços realizados durante o mês durante toda a execução do contrato, que será entregue à Equipe Técnica da Secretaria de Serviços Públicos.

19.2.21. Os funcionários da **CONTRATADA** deverão trabalhar com fardamento, cujo o modelo deverá ser submetido à aprovação da fiscalização da **Secretaria de Serviços Públicos**.

19.2.22. A **CONTRATADA** deverá efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o recebimento definitivo dos serviços;

19.2.23. A **CONTRATADA** assumirá integral e exclusiva responsabilidade por todos os danos diretamente e/ou indiretamente causados a **Secretaria de Serviços Públicos** ou a terceiros, decorrentes da execução das obras/serviços ora contratados, ainda que tais reclamações e pretensões sejam resultados de atos de seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas encarregadas da execução dos serviços, quando praticados com dolo ou culpa;

19.2.24. A **CONTRATADA** deverá refazer, sem ônus para a **CONTRATANTE**, os serviços que não forem aceitos pela Fiscalização, quando constatada a sua execução inadequada ou imprópria, à vistas das especificações, sem direito a pagamento adicional;

19.2.25. Cientificar-se que só será permitida a retirada de qualquer equipamento do local das Obras/Serviços após o término da sua utilização, desde que devidamente atestada pela Fiscalização ou, ainda, quando houver autorização expressa, formalizada pela Fiscalização;

19.2.26. A aquisição, fornecimento, transporte, armazenamento de todos os materiais e equipamentos e mão de obra, necessários à execução dos Serviços objeto deste Contrato, serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, e deverão estar incluídos no preço final;

19.2.27. A **CONTRATADA** é responsável pela guarda e segurança dos equipamentos e demais insumos utilizados na execução dos serviços contratados.

Camaragibe/PE, 23 de fevereiro de 2023.

Clayton Rezende Nunes
CREA/SP Nº. 151.336D.SP
Engenheiro Sanitarista.

De ciente, de acordo e Autorizo:

Diego da Rocha Cabral
Secretário Municipal de Serviços Públicos
Município de Camaragibe/PE